



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 531790 - PE (2019/0266601-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ANA KARLA VANDERLEI CAVALCANTI PÉREZ - PE018340
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : LEONARDO JOSÉ DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : JOELSON RODRIGUES DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de LEONARDO JOSÉ DA SILVA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, no julgamento do HC n. 0002480-39.2019.8.17.0000.

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante, convertido em preventiva, e restou denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 155, §§ 1º e 4º, I e IV, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal (furto qualificado tentado).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão assim ementado:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 155, §4º, II E IV, C/C ART.14, II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. EXCESSO DE PRAZO PARA O TÉRMINO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. PRISÃO MANTIDA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME. I - De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, eventual excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, deve ser analisado a luz do Princípio da Razoabilidade. Aplicação da Súmula 84/TJPE.II - Ordem denegada. Decisão unânime (fls. 10).

No presente *writ*, o impetrante sustenta a existência de excesso de prazo na formação da culpa, salientando que o paciente está preso desde o dia 13/7/2018, e não houve o início da instrução do processo até a presente data.

Destaca que a mora evidenciada é atribuída exclusivamente à ineficiência estatal, não havendo contribuição da defesa para a delonga.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

Liminar indeferida às fls. 26/27.

Informações prestadas às fls. 34/35, 61/63.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* ou, se conhecido, pela denegação da ordem (fls. 67/71).

É o relatório.

Decido.

Em informações obtidas junto à página eletrônica da Corte Estadual, verificou-se

que nos autos da Ação Penal n. 0013214-80.2018.8.17.0001, as partes apresentaram alegações finais, estando os autos conclusos para sentença desde 17/02/2020.

Assim, restou encerrada a instrução processual, atraindo ao caso a incidência da Súmula 52 deste Superior Tribunal de Justiça, que prevê:

Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.

Anote-se, ainda, os seguintes precedentes:

HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURADO. PRISÃO PREVENTIVA CORRETAMENTE FUNDAMENTADA. MODUS OPERANDI. GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. BONS ANTECEDENTES. INSUFICIENTES. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. Extrai-se das informações prestadas pelo juízo processante que o feito aguarda a apresentação das alegações finais para a prolação da sentença. Com o noticiado encerramento da instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, aplicando-se o enunciado da Súmula n.º 52 do Superior Tribunal de Justiça: "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

2. O decreto de prisão preventiva fundamentou-se no modus operandi da conduta praticada - tendo o Paciente engravidado e infectado a vítima, de 12 (doze) anos, com os vírus HIV e das Hepatites A e B, após ter mantido conjunção carnal com a menor por diversas vezes -, o que evidencia, ainda, a alta reprovabilidade social da conduta praticada. Ademais, extrai-se dos autos que o Paciente esteve foragido por mais de 3 (três) anos, justificando, assim, a segregação cautelar para a devida aplicação da lei penal.

3. Outrossim, a existência de condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como no caso.

4. Ordem de habeas corpus denegada (HC 494.507/RO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 03/06/2019).

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. ENUNCIADO Nº 52 DA SÚMULA DO STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de habeas corpus

substitutivo de recurso previsto para a espécie. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal. 2. Eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional.

3. No caso, verifica-se que a instrução encontra-se encerrada, tendo as partes sido intimadas para apresentação de alegações finais em 31/10/2018, o que atrai ao caso a incidência do enunciado n. 52 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, o qual dispõe que encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo.

4. Além disso, foi proferido despacho em 22/2/2019 abrindo vista para a defesa manifestar-se sobre carta precatória acostada, evidenciado que o feito não se encontra paralisado, mas, ao contrário, vem recebendo o impulso adequado, somente não tendo sido ainda concluído o julgamento devido ao zelo do magistrado em assegurar o contraditório e a ampla defesa em relação ao agravante.

5. Agravo desprovido (AgInt no HC 473.256/GO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 29/03/2019).

Nesse contexto, constata-se a perda superveniente do objeto deste *mandamus*.
Pelo exposto, julgo prejudicado o presente *habeas corpus* com fundamento no art. 34, XI, do RISTJ.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator